



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
CONTROLE INTERNO



Parecer C. I.

Referência: Processo Inexigibilidade nº 006/2021

Objeto: Contratação De Empresa Especializada Fornecimento De Licença De Uso De Sistemas De Informática Para A Gestão Pública Voltado Ao Tributário (WEB) Com NFS-E (Nota Fiscal De Serviço Eletrônica), Para Atender A Prefeitura Municipal De Abaetetuba.

Data da abertura do processo: 04.01.2021

Empresa: SISTEMAS INTELIGENTES E AUTOMAÇÃO PRODUTIVA LTDA /CNPJ 16.166.632/0001-58

Valor global do contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), pelo período de 12 (doze) meses.

ANA CONCEIÇÃO PAES DE SOUZA, Funcionária Pública municipal efetiva, e nomeada a partir de 13/01/2017, através de Portaria Municipal nº 092/2021, para exercer a função de **Controladora Geral**, inscrita sob matrícula nº 003405-3. Em análise conforme determinação contida no §1º, do art. 11, da resolução Nº. 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014. ,que analisou integralmente o Processo em referência e, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, notadamente no que concerne ao cumprimento dos requisitos exigidos e enumerados no artigo 25, Inciso II e art. 13, Inciso III da lei 8.666/93, além do que, a empresa contratada apresenta condições legais e formais para cumprimento do contrato sob análise, cumpriu-se também os termos do paragrafo único do art. 61 da 8.666/93.

Rua Siqueira Mendes, 1359 - Centro - Abaetetuba - Pará - CEP: 68440-000 - CNPJ: 05.105.127/0001-99 - Fone: (091) 3751-2022



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
CONTROLE INTERNO




Do Ponto de vista orçamentário verificamos a existência de dotação suficiente para a efetivação da contratação emergencial em referência. O Parecer Jurídico foi favorável a contratação, estando apta a gerar despesas para a municipalidade.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Encaminho o presente processo para a Comissão Permanente de Licitação.

Abaetetuba/PA, 26 de JANEIRO de 2021.


ANA CONCEIÇÃO PAES DE SOUZA
CONTROLADORA GERAL
PORTARIA Nº 474/2017